
EDITORIAL
REVISTA GEOGRAFIA (LONDRINA)
Volume 35, nº 2 – 2026

Para iniciar, nossos agradecimentos aos autores, aos avaliadores e às bibliotecárias que se dedicaram à tarefa da divulgação do conhecimento geográfico e áreas afins por meio de textos, durante mais este semestre e, como consequência, tivemos êxito na publicação deste número da nossa revista. Agradecemos também aos leitores, pelo constante interesse no nosso trabalho.

O primeiro artigo tem o título “Mobilidade Urbana, Mercado de Carbono e Empresariamento da Cidade: a geopolítica climática na micromobilidade”. Os autores tiveram como objetivo compreender como os agentes privados inseridos na mobilidade urbana, em específico na micromobilidade e em ferramentas disponibilizadas para o deslocamento urbano, estão envolvidos na compensação de crédito de carbono e na especulação de um mercado do empresariamento urbano.

“Transporte de Passageiros em Motos por Aplicativos: análise de oportunidades e riscos em cidades brasileiras” apresenta como o transporte de passageiros em motocicletas por aplicativo emerge como solução controversa na mobilidade urbana brasileira. A pesquisa identifica impactos econômicos significativos e benefícios sociais, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade, que o percebem como alternativa segura contra violência de gênero. Contudo, as autoras consideram que persistem desafios relativos à segurança viária - embora dados sugiram menor sinistralidade no uso profissional versus pessoal -, precarização laboral e substituição de modos mais sustentáveis de deslocamento.

Também enfocando a mobilidade urbana, o artigo intitulado “O Uso do SIG e da Cartografia Digital na Análise Comparativa do Traçado das Linhas dos Bondes Antigos e do VLT na Cidade do Rio de Janeiro” realiza análises comparativas entre o traçado das linhas de bondes antigos e do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), extraídas de produtos cartográficos antigos e atuais, de modo a evidenciar o impacto destes nos processos de mobilidade e reestruturação urbana. Os resultados mostram que análises comparativas entre as vetorizações de modos de transporte possibilitam a compreensão da evolução destes no contexto urbano, suas contribuições para a expansão física da cidade e o seu papel na mobilidade urbana.

A seguir, “ A Gestão do Espaço Urbano: Plano Municipal de Saneamento Básico de Manaus/AM” investiga a efetividade do plano em aproximar Manaus da universalização dos serviços. Os principais resultados evidenciaram que, embora o plano represente um avanço institucional, apresenta limitações relativas à desatualização e à ausência de integração. Verificou-se que as melhorias no abastecimento de água não foram acompanhadas pela expansão do esgotamento sanitário, revelando desequilíbrio entre a eficácia do planejamento e o monitoramento.

“Invisibilidade das Pessoas em Situação de Rua em Dubai: efeitos do Decreto Federal nº 31/2021 e da Lei nº 9/1976 nos espaços públicos” investiga a presença da exclusão social em Dubai, por meio da análise legislativa e dos elementos urbanos presentes nos espaços públicos, com foco em 2025. A pesquisa adota a perspectiva das cidades globais para compreender como uma metrópole de projeção internacional lida com populações marginalizadas, especialmente aquelas em situação de extrema vulnerabilidade social. Os resultados apontam mecanismos simbólicos, legais e espaciais que contribuem para a invisibilização da pobreza em Dubai, evidenciando como o urbanismo e a governança podem reforçar ou mitigar práticas de exclusão.

Enfocando o Estado e as compras públicas, está o texto seguinte, “Compras Públicas como Instrumento de Política Pública nos Municípios da Bahia: uma análise normativa e estatística”. O escopo do artigo é examinar a utilização das compras públicas nos municípios do estado da Bahia durante um ano. Inicialmente discute-se as previsões normativas e, a seguir, apresenta-se a análise descritiva do gasto público dos municípios baianos, mensurando os valores despendidos pelo poder público municipal em *Investimento* e *Outras Despesas Correntes*, mensurando a sua participação no PIB municipal e a relação entre o PIB municipal e os gastos públicos dos municípios, através de análise de regressão linear.

Uma abordagem do que é conceituado pelos autores de espaço geográfico mítico aparece no próximo artigo: “O Espaço Geográfico Mítico e a Atitude Criativa: uma leitura das geograficidades na obra de Octávio Ignácio”. Octávio Ignácio era um paciente (ou cliente, como a psiquiatra abordada preferia denominá-los) da importante psiquiatra brasileira Nise da Silveira. Os autores do artigo compreendem que produções artísticas revelam lugares geopsíquicos capazes de ampliar a compreensão da saúde psíquica e que, no caso do artigo, a análise das obras artísticas selecionadas buscou colocá-las em movimento, explorando suas ressonâncias e a forma como tensionam os limites entre imaginação, espaço e mito.

“Fragilidade Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí: análise temporo-espacial e implicações ambientais” usa o SIG para determinar a Fragilidade Ambiental Potencial a partir da integração entre as cartas de fragilidade dos solos e o grau de declividade do relevo. Para a Fragilidade Ambiental Emergente, incorporou-se a variável uso da terra, possibilitando a

compreensão da dinâmica da fragilidade ambiental. Os resultados indicaram que, em decorrência das alterações nas formas de uso da terra, entre 1985 e 2022 cerca de 17,1% (6.247 quilômetros quadrados) da área total estudada passou por mudanças no grau de fragilidade.

Na sequência, “Territorialização Escolar do Projeto Político-Pedagógico: gestão democrática e formação continuada como formas de resistência docente” analisa o Projeto Político Pedagógico na interface entre *Formação de Professores e Geografia da Educação*, entendendo a gestão democrática como fenômeno territorial marcado por disputas de escala decisória e pela relação escola-comunidade. Analisa-se também sua atualização diante de políticas curriculares centralizadoras, como a Base Nacional Comum Curricular, em uma escola de Foz do Iguaçu-PR. Os resultados reforçam a necessidade de formações continuadas voltadas à participação docente e à leitura crítica do território escolar.

“Teoria e Método na Pesquisa em Ensino de Geografia: fundamentos, abordagens e perspectivas” continua a discussão do processo educativo, enfocando os fundamentos teórico-metodológicos, destacando a especificidade do diálogo entre categorias geográficas e teorias educacionais. A problemática central consistiu em identificar quais abordagens metodológicas emergiam das pesquisas. Para responder esta questão, os autores realizaram uma revisão bibliográfica qualitativa, exploratória, com corpus composto por livros, teses e artigos selecionados no Google Acadêmico, SciELO e BDTD. Foram abordados os conceitos de teoria e método, as principais abordagens metodológicas, quantitativa, qualitativa, participativa e colaborativa, o papel dos sujeitos escolares na produção do conhecimento e a necessária articulação entre referencial teórico e os procedimentos investigativos.

Na seção Oficinas Pedagógicas, o artigo “Cartografias Criativas: práticas de worldbuilding na Ball State University (BSU)” é constituído por um relato de experiência do projeto Worldbuilding e Cartografia, realizado em 2023, em Muncie (Indiana). O objetivo do estudo foi analisar como a criação de mundos ficcionais (worldbuilding) articula o imaginário geográfico e a experiência espacial dos sujeitos para propor mundos diversificados e originais. A operacionalização envolveu oficinas de desenho nas aulas da disciplina de Narrative Drawing, além de visitas à mapoteca local e uma exposição. O estudo analisa em dez mapas a correlação entre o processo criativo, a cultura visual local e as propostas desenvolvidas pelos alunos universitários.

Finalizando este número, na seção Notas, os autores do texto “A Reciclagem de Rejeitos no Brasil – distopia institucionalizada” afirmam que a gestão dos resíduos sólidos urbanos constitui um dos principais desafios da sustentabilidade urbana no Brasil, exigindo respostas integradas que envolvam a população, os trabalhadores da reciclagem e os setores público e privado. Nesse contexto, a Nota Técnica Conjunta nº 1/2020/SPPI/MMA/FUNASA orienta municípios com até 250 mil habitantes a realizarem a triagem de resíduos mesmo

quando provenientes de coleta mista. À luz dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Marco Legal do Saneamento e dos conceitos de saúde e dignidade do trabalho, a nota sustenta que tal diretriz é contraditória, ao expor os catadores a riscos elevados e apresentar benefícios ambientais limitados.

Boa Leitura!

Julho de 2026

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente – Editora-Chefe